

CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS · UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA 1997 N.º 16



O BAIXO MONDEGO - UM POUCO DE HISTÓRIA*

Maria Helena da Cruz Coelho**

RESUMO

Nesta breve resenha histórica, procuraremos evidenciar os traços mais marcantes da paisagem humana do Baixo Mondego em tempos medievais, sintetizando alguns aspectos desenvolvidos na nossa tese de doutoramento *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*.

Fixar-nos-emos, de início, num tempo de crescimento das gentes e da terra, entre os séculos XI e XIII, em que se desenham os senhorios, marcos enquadradores dos homens neste espaço, nascem ou crescem os povoados e se sucedem os arroteamentos. Investe-se na cultura dos campos, arrancados às águas pantanosas ou às florestas. Cobrem-se, então, as adémias e os montes, em ambas as margens do Mondego, de vilas e aldeias. Os interesses de senhores e camponeses convergem, neste objectivo de cultivar e colonizar, reinando um clima de entendimento.

Deter-nos-emos, em seguida, sobre os tempos de dificuldades - fomes, pestes e guerras - , que se abateram sobre os homens, nos séculos XIV e XV. Procuraremos, então, detectar as marcas da crise na paisagem agrária, na produção e no relacionamento entre os privilegiados e o campesinato. Sem esquecer o diálogo reavivado da cidade com o campo, fruto de um incremento urbano e de uma maior dinâmica de circulação e comercialização dos produtos da terra e do mar, numa economia de mercado.

Chegaremos, por fim, ao quadro paisagístico e humano que da medievalidade dará passagem aos tempos modernos, onde se evidenciarão, talvez mais que as mudanças, as estruturais permanências em tendência longa.

Palavras-chave: Paisagem Rural. Humanização da Paisagem. Construção Histórica da Paisagem.

ABSTRACT

In this short historical account we hope to indicate the most important signs of the human occupation in the landscape of the Baixo Mondego (Lower Mondego) in Medieval times, synthesising some aspects that are described in greater detail in my Ph. D. Thesis, *O baixo Mondego nos finais da Idade Média (The Lower Mondego at the end of the Middle Ages)*.

We start at a time of expansion, in terms of both peoples and land, between the 11th and 13th centuries. It was a period when the "senhorios" (lands under seigneurial jurisdiction) were starting to emerge, marking out men boundaries in this space: new settlements sprang up and existing ones grew, and cultivation of new lands then began. Fields were cultivated, snatched from the swampy waters and the woodlands. Towns and villages spread across the lowlands and hills on both banks of the Mondego. The interests of seigneurs and peasants converged in their aim of cultivating and colonising, and a climate of understanding prevailed.

Then we encounter hard times: famines, plagues and wars afflicted populations in the 14th and 15th centuries. We thus sought signs of crisis in the agricultural landscape, in production and in the relations between the privileged classes and the peasants. Not forgotten, however, is the renewed dialogue between the city and the countryside, fruit of urban growth and the increased

* Esta conferência foi apresentada na abertura do Seminário "O Baixo Mondego. Organização geossistémica e recursos naturais" e, não tendo saído, por minha impossibilidade, na brochura que, nessa ocasião, foi divulgada, aqui se publica, em resposta ao amável convite que, para o efeito, me foi formulado pelo Doutor Lúcio Cunha.

** Instituto de História Económica e Social. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.

dynamic of circulation and commercialisation of products from both land and the sea, in a market economy.

Finally we come to the landscape and human picture that emerged from the middle ages, moving towards modern times, where we see, possibly more than change, a structural durability with a tendency to last.

Key-words: Rural Landscape. Landscape Humanization. Historical Construction of Landscape.

A história do Baixo Mondego, dadas as características essencialmente ruralizantes deste espaço, é uma história ligada ao solo, ao meio, ao ambiente, ao eco-sistema que enquadra os homens. História desenhada, pois, na paisagem rural, na acção do homem sobre o meio. História que a geografia e as ciências da natureza ajudam a melhor compreender e redimensionar.

É a paisagem humanizada um dos lugares da nossa memória colectiva. Nela se inscreve e deixa marcas a relação do homem com a natureza, ao longo dos tempos. Nesta dialéctica homem-meio assim surgirá, conforme os contextos, uma paisagem rural ou uma paisagem urbana. Todavia, se o termo paisagem deriva de *pagus*¹, circunscrição territorial de natureza essencialmente rural do Baixo Império, não admira que fossem os estudiosos da história rural que, prioritariamente, trouxessem a paisagem para o primeiro plano das suas obras, de Bloch a Braudel. Mas hoje, qualquer historiador ou arqueólogo está atento à paisagem como "palimpsesto da história", como "monumento histórico", debatendo-se mesmo a problemática da "arqueologia da paisagem"². E o termo adquiriu uma voga maior por entre arquitectos paisagistas, etnólogos, sociólogos, ou filósofos, para atingir mesmo o grande público pelo turismo, pelas campanhas publicitárias, e alcançar foros de protecção por parte dos políticos.

A paisagem exprime as necessidades materiais dos homens, através das técnicas utilizadas para transformar a natureza, mas reflecte também a sua cultura. Apresenta-se, pois, como um sinal de todas as necessidades humanas, do alimentar, habitar e defender, até ao associar, comunicar, governar e mesmo crer. Logo, só é compreensível no seu dinamismo. Na combinação das leis da natureza com as motivações humanas. E é a história que a permite apreender na sua plena dimensão, olhando o processo da elaboração da paisagem ao longo dos tempos. Porque, como diz quase poeticamente Braudel, "a terra está, como a nossa pele, condenada a conservar as

marcas de feridas antigas"³. Este redimensionamento global será, então, um alerta para cada um de nós, que somos hoje, simultaneamente, herdeiros, autores, utilizadores e observadores, contemplativos ou preocupados, dessa paisagem, que é suporte da vida.

A paisagem, no Baixo Mondego, é bem a sua personagem principal. Evidenciada nas peças dos geógrafos, historiadores, sociólogos, antropólogos, arquitectos, economistas, biólogos, romancistas, pintores, ambientalistas e, enfim, políticos.

Neste Seminário a paisagem do Baixo Mondego será monopólio da análise dos geógrafos. Que convocaram também a História a estar presente. Para em conjunto pensarem essa paisagem, num ir e voltar, por entre olhares de ontem e de hoje. Buscando a espessura, a duração e o imbricamento de realidades que é preciso, a um tempo, distinguir, para logo aproximar.

Como historiadora da época medieval, a paisagem que evocarei será uma paisagem de traços marcadamente rurais. Permitam-me, porém, que antes de começar, lembre os trabalhos de colegas do Grupo de História que estudaram o espaço em que a Escola se insere. Crentes, por certo, de que a região que está próxima é a que melhor se compreende nos seus meandros, originalidades e até fraquezas⁴.

A cidade de Coimbra, pólo de atracção das gentes, a montante e a jusante do Mondego, constituiu o objecto de estudo de António de Oliveira, na sua tese de doutoramento, *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640* (2 vols.), apresentada em 1972. Foi a vida na cidade em tempos de Antigo Regime que o prendeu, conhecendo a sua população, os problemas do seu abastecimento, o seu comércio e artesanato, mas pensando-a sempre em relação com o seu alfoz e termo. Dez anos volvidos e João Lourenço Roque defende uma tese sobre *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870): contributo para o seu estudo* (2 vols.). Agora o campo e a cidade são abrangidos nesta história social que desenha as crises demográficas e de subsistência, a mobilidade dos homens, por entre migrações e

¹ Jean-Robert PITTE, *Histoire du Paysage Français*, t. I - *Le Sacré: de la préhistoire au XV^e siècle*. Paris, Tallandier, 1983, p. 19.

² Veja-se os autores referidos por Jean-Robert PITTE, *ob. cit.*, p. 19.

³ Fernand BRAUDEL, *L'identité de la France. Espace et Histoire*. Paris, Arthaud-Flammarion, 1986, p. 25.

⁴ Fernand BRAUDEL, *ob. cit.*, p. 10.

emigrações, e os processos de ascensão ou queda social. Nesta mesma óptica e idêntica cronologia é apresentada por Irene Maria Vaquinhas, em 1990, a tese, *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os campos de Coimbra. Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918* (2 vols.)⁵. Abrangidas ficam grande parte das terras do Baixo Mondego, na análise das transformações das estruturas agrárias ocorridas neste período, suscitadoras de respostas sociais, a que a violência não é estranha. No ano anterior fora a fachada atlântica que prendera a atenção de Rui de Ascensão Ferreira Cascão na tese *Permanência e Mudança em Duas Comunidades do Litoral: Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910* (2 vols.). Inicia a mesma com o recorte do quadro espacial e a análise dos ritmos demográficos para depois se fixar na vida económica, das estruturas agrárias às industriais e comerciais, e finalizar com a evolução social, os comportamentos colectivos e as formas de sociabilidade.

Retrocedamos, porém a 1983, ano em que eu própria defendi a minha tese de doutoramento sobre *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média. Estudo de História Rural* (2 vols.)⁶. Numa análise regional aí são estudados os ritmos de povoamento e despovoamento, caracterizada a economia senhorial dominante, focados os poderes que atravessam a região, para terminar com a percepção do viver do campesinato. No seu seguimento apresenta Margarida Sobral Neto, em 1991, a tese *Regime Senhorial, Sociedade e Vida Agrária. O Mosteiro de Santa Cruz e a região de Coimbra (1700-1834)*⁷ que se detém no estudo da estrutura do domínio territorial e regime jurídico da exploração da terra, com a reorganização dos senhorios, e os ritmos e formas da contestação senhorial. No diálogo entre estes dois trabalhos evidenciam-se, claramente, em tempo longo, as permanências e mutações da vida no Baixo Mondego.

No âmbito da arqueologia Raquel Vilaça apresentou o trabalho *Subsídios para o estudo da Pré-história Recente do Baixo Mondego*⁸, em que, depois de uma sinopse sobre os trabalhos de investigação arqueológica na área, estudou, a partir do neolítico, algumas estações do Baixo Mondego, como Casével (fr. Ega), Eira Pedrinha (fr. Condeixa-a-Nova), Junqueira (fr. Alhadas) e Várzea do Lírio (fr. Brenha), Forno da Cal (fr. Vinha da Rainha), Gruta de Alqueves (fr. S. Martinho do Bispo), Mama do

Furo (fr. Quiaios) e Chãs (fr. Sepins), apresentando no final um inventário dos sítios com interesse arqueológico.

Conhecida, um pouco, a historiografia, passemos à breve resenha histórica que, sobremaneira através dos nossos estudos, nos propomos aqui trazer⁹.

Os traços naturais identificadores do espaço do Baixo Mondego eram um rio e uma fachada marítima. O rio era navegável da sua foz até Coimbra e mesmo mais além até à Raiva. O seu regime de águas era instável, com fortes cheias no Inverno e um escasso caudal no Verão. Um rio já na sua velhice, nas palavras de Fernandes Martins¹⁰, que corria no seu leito natural, em liberdade, fertilizando com aluviões as suas margens, ainda que também as galgasse, arrebatando as colheitas. O seu primeiro encaçamento data tão-só de finais do século XVIII e inícios do seguinte e é dos nossos dias um Mondego com um curso e um aprisionamento, totalmente ditados pela vontade humana. A fachada atlântica era servida por um porto abrigado, apelidado inicialmente de Foz do Mondego, para depois se precisar na designação de Buarcos.

A ocupação de algumas terras do Baixo Mondego, mormente as das serras do orla marítima, remonta a tempos pré-históricos. E depois, em tempos romanos, tendo os homens descido para a planície, foram surgindo regularmente, na margem direita, as *villae*, como S. João do Campo, S. Silvestre, S. Martinho de Árvore, Tentúgal e Montemor e na esquerda Taveiro, Ameal e Formoselha, podendo mesmo ter alcançado a costa.

Deixemos esses tempos remotos e mesmo os já de reconquista, em que se formou em Coimbra um condado, desde 878, perdido para os muçulmanos, em 987. Será a reconquista definitiva de Coimbra por Fernando Magno, em 1064, e depois, no final do século, a constituição do condado portugalense, que trarão a paz e estabilidade a toda a região. O Mondego fixa-se como a fronteira natural entre cristãos e muçulmanos, criando um clima de confiança para a organização do condado e depois do reino de Portugal. Todavia, ainda em 1116-1117 esta área sofreu um *raid* dos almorávidas, que destruiu os castelos de Soure, Miranda do Corvo e Santa Eulália, em Montemor-o-Velho. Mas a partir da vinda de Afonso Henriques para Coimbra, na década de 30, é grande a

⁵ Publicada no Porto, Edições Afrontamento, 1996.

⁶ Publicada, em 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.

⁷ Publicada, com o título, *Terra e Conflito. Região de Coimbra. 1700-1834*, Viseu, Palimage Editores, 1997.

⁸ Publicado em Lisboa, 1988.

⁹ É pois para a nossa tese de doutoramento, já enunciada, que remetemos o leitor, como para a síntese do nosso artigo, "Os campos e as gentes do Baixo Mondego em tempos medievais", in *Actas do 1º Congresso do Baixo Mondego. Região e Património*, Coimbra, 1992, pp. 259-272.

¹⁰ Alfredo Fernandes MARTINS, na sua obra, *O esforço do homem na bacia do Mondego*, Coimbra, 1940, cartografa, na página 91, essa secção inferior do Mondego.

estabilidade política da linha do Mondego, como se acentua a força centrípeta da cidade, sede da corte até meados do século XIII. O crescimento demográfico que então se vivia viabilizava as intenções colonizadoras dos monarcas e das diversas forças sociais do jovem reino.

No Baixo Mondego os homens vão-se fixando na proximidade dos centros urbanos de Coimbra e Montemor, fortes pólos de atracção das gentes, nos terrenos férteis próximo do rio e afluentes e também ao longo da faixa costeira, onde, a partir do século XII, sentiam já uma certa segurança, porque Santarém e Lisboa haviam sido conquistados ao infiel. Do século XII para o século XIII, quase duplicam os topónimos nesta região, topónimos correspondentes a núcleos de povoamento ou simples designações de parcelas, mas, em qualquer dos casos, bons indicadores do aproveitamento e valorização da terra (Fig. 1).

A fixação dos homens, em certos lugares de maior fertilidade ou melhor posicionamento geo-estratégico, estava já a levantar problemas na centúria de Duzentos. Se cresceram os homens, nesses primitivos e melhores lugares, não cresceu a sua propriedade. Antes foi diminuindo, por entre divisões pelos herdeiros e algumas dádivas à Igreja. Assistimos, então, a uma forte mobilidade da terra (Fig. 2), que no gráfico se evidencia, desde logo aí se interrelacionando as vendas e escambos de propriedades com o movimento arroteador. Os pequenos proprietários estão a vender os seus bens a favor de nobres e clérigos com capacidade de compra. Vendem, no geral, magros quinhões de que nos apercebemos pelo fraccionamento da terra (de metade a 1/24 de um prédio), pelo escasso preço por que é transaccionada, ou até pela associação de vários co-proprietários que se desfazem do imóvel, antes mesmo de proceder à sua partilha. E todos estes só se desprendem da terra, a base da riqueza em tempo medievais, porque dela já não se podem aproveitar. A escassez do seu tamanho não permitiria colher os frutos que alimentassem as bocas da família. Como opção de vida, a venda do imóvel e a obtenção de algumas moedas que pudessem servir de fundo de maneio para outras aventuras¹¹.

Consequentemente, o desenraizamento da terra dava liberdade de movimentos. Que é bem aproveitada pelos grandes senhores. Estes, mormente os eclesiásticos, onde se destaca a Sé de Coimbra e o mosteiro de Santa Cruz, de pronto se apercebem que é então o momento oportuno para captar os homens para as suas empresas. Atraem-nos para os muitos senhorios que haviam conseguido,

por doações de reis e particulares, ou por compra, em toda a extensão do rio Mondego. O movimento arroteador corre assim a par de um crescimento das gentes e da mobilidade da propriedade. Talhados à custa das florestas ou conquistados às terras pantanosas, vão crescer os aglomerados populacionais e as áreas cultivadas.

Os senhores, para atrair os homens, concedem-lhes então contratos agrários colectivos que mais os incentivassem e servissem. Na verdade, aventurar-se a uma fixação em terras mais longínquas e ao desbravar de incultos não era empresa para um homem, mas para um conjunto deles que, pela associação, melhor se podiam defender e entreatar. Os senhores ofereciam aos novos povoadores o usufruto da terra, perpétua e hereditariamente, no intuito de os arregar ao solo. Certeza para os possidentes da continuidade dos povoados e explorações agrícolas, garantia para os desbravadores da passagem às suas gerações de todo o investimento realizado. O senhor arrecadava 1/4 a 1/10 da produção, ficando o remanescente para o colono. Acrescentavam-se-lhe ainda algumas pequenas entregas a título de foros, pagos em géneros ou animais¹².

Mas o arranque dos arroteamentos era actividade difícil em esforço e gastos. Então o senhor ajudava, com algum capital inicial em sementes, em alfaias ou em gado. Significativamente, os habitantes de Cucos, em Alhadassas, receberam uma vaca, uma enxada, uma foice, um quarto de trigo e outro de linho. Mas o apoio podia manifestar-se de outros modos - esperar pela maturação dos frutos e só depois cobrar renda; determinar uma renda progressiva, começando por um valor baixo até se fixar, ao fim de alguns anos, no mais elevado que permaneceria para sempre; estabelecer quotas diferentes para os diversos produtos, favorecendo, por exemplo, a vinha, que se queria incrementar.

Por sua vez, na costa atlântica, a agricultura e a actividade marítima entrelaçam-se. Numa aliança indissolúvel que ajuda os homens do mar a preencherem os longos Invernos e o tempo de mar bravo com o labor dos campos. Em terra firme amanhariam, ainda, uns quantos, os talhos de marinha que, a seu tempo, produziam esse bem único que era o sal. Assim nas marinhas de Lavos, ínsua de Oveiroa (Morraceira), Tavarede e Caceira. Na safra do mar agigantavam-se todos os pescadores de Quiaios, Buarcos e Lavos para encher as redes e os barcos de boa pescaria. Parte desse pescado era depois salgado ou seco. Ainda fresco, e rapidamente circulando por via fluvial, ele chegava a Montemor e Coimbra. Sujeito àqueles processos de conservação, atingia, tantas vezes ao dorso

¹¹ Sobre este quadro demográfico, veja-se *O Baixo Mondego...*, vol. I, pp. 5-18 e ainda, no volume 2, as figuras 1 e 2.

¹² Consulte-se o quadro que elaborámos sobre estes contratos no volume II de *O Baixo Mondego...*, apêndice 1.

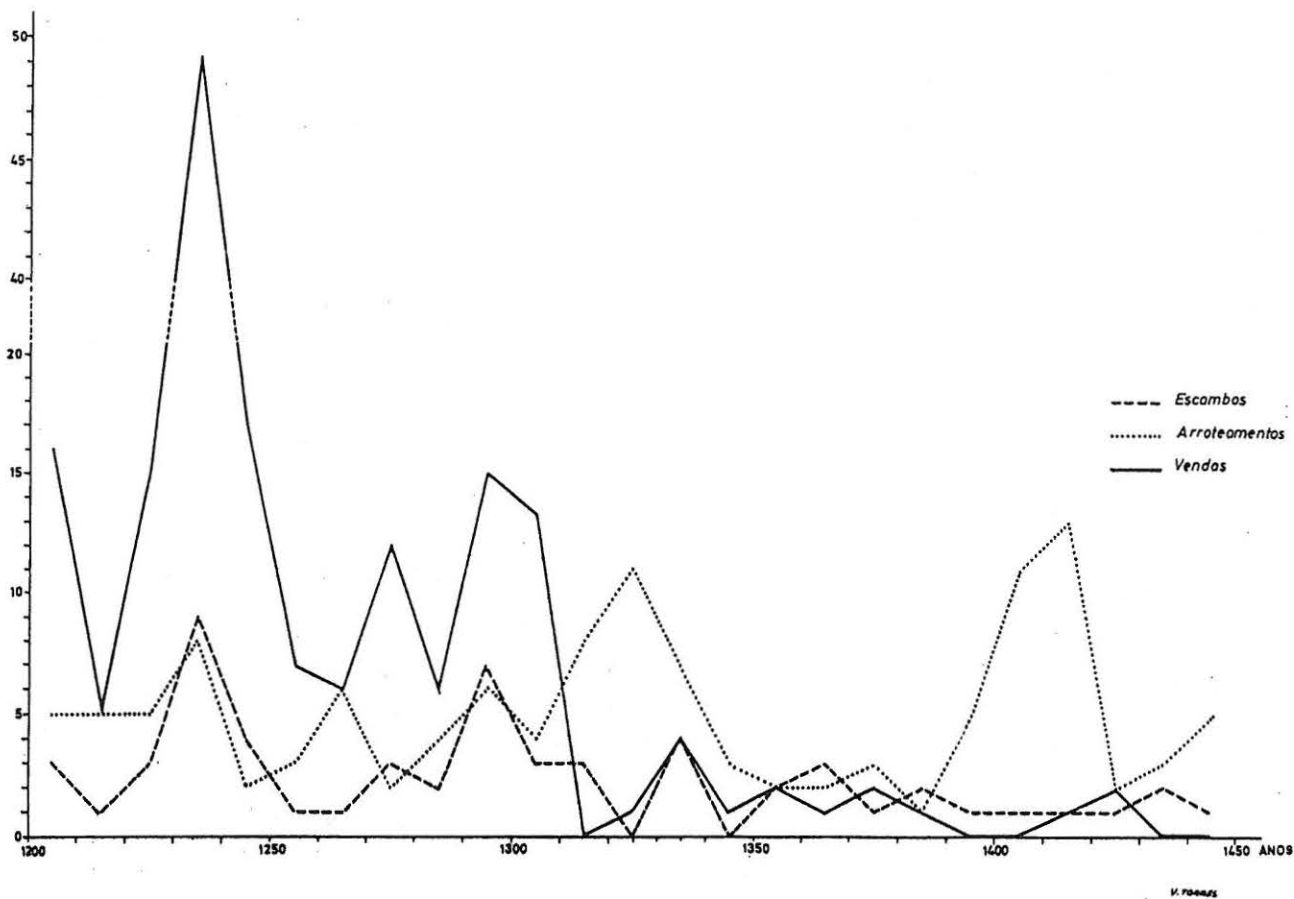


Fig. 2 - A mobilidade e valorização da propriedade (1200-1450)

dos animais que os almocreves conduziam, as vilas e aldeias da Beira Interior. Permitindo assim ao homem medieval, que jejuava mais de cem dias ao ano, cumprir a sua abstinência de carne, o que, em simultâneo, lhe trazia o benefício de uma mais equilibrada dieta alimentar. E para satisfazer esta obrigação do calendário litúrgico, acrescenta-se que em qualquer rio ou ribeira os homens não descuravam o aproveitamento da sua riqueza piscícola.

Nestas condições vai-se, então, povoando e aproveitando a fachada litorânea que se cobre de aglomerados desde finais do século XII e ao longo do seguinte, incentivados pelos cruzados - Eimide, Chão de Eimide e Torre de Buarcos, em Buarcos; Soveral de Ollas e Fontes, em Quiaios; Cucos, Lírrio e Brenha, na serra de Alhadãs. Na margem esquerda o povoamento de Lavos esteve a cargo da Sé, o de Coles e Seiça foi obra do mosteiro com o mesmo nome, enquanto o couto do Lourçal se dinamizava graças à iniciativa dos cruzados. Com um denodado esforço, as terras de cultivo vão-se sobrepondo aos pânta-

nos, a sul do Mondego, sob incentivos de particulares ou mosteiros e sucedem-se os povoados, como Verride, Almeira, Vila Nova da Barca, Brunhós, Migalhó (hoje Gesteira) e Urmar (fr. de Samuel, c. de Soure). Ultrapassado de novo o rio incentiva-se o povoamento em Arazeze e Cadima, Vila Franca e Póvoa de Santa Cristina. E já mais nas proximidades de Coimbra, alcançando as duas margens, dinamiza-se a vida, entre outras localidades, em Antuzede, S. Facundo, Aldeia Viçosa, S. Martinho, Taveiro e Pereira¹³.

Dominando o espaço, como força centrípeta que atraía homens e produtos, ditando ritmos de circulação, comercialização e distribuição de produtos, estava a cidade de Coimbra. Coimbra, sede episcopal, centro ordenador de toda a divisão eclesiástica do bispado; Coimbra, pólo monástico, enquadrador dos homens do termo e

¹³ Sobre a geografia destes povoados, consulte-se *O Baixo Mondego...*, vol. I, pp. 41-69.

armazenador dos seus frutos; Coimbra, capital política até meados do século XIII, estância de uma corte de reis e senhores; Coimbra, plataforma geo-estratégica, pelo sítio e posição, na defesa, com o seu castelo erguido no alto da colina, e no cruzamento de vias que ligavam o Norte e o Sul, o litoral e o interior. Em lugar secundário, mas de vital importância, estava ainda, nestes séculos medievos, a vila de Montemor - porto fluvial que se abria ao mar, fazendo a ligação de homens e mercadorias até Coimbra; igualmente, pelo seu castelo, centro de defesa e protecção para as gentes da região; e ainda centro ordenador do espaço, em que, mimeticamente face ao centro coimbrão, se desenvolviam constelações de localidades suas satélites e culturas abastecedoras da vila. Montemor e Coimbra estavam, pois, nestes tempos, de mãos dadas e tinham um desenvolvimento interrecorrente.

Sem pretendermos fornecer um rol completo de vilas e aldeias, creio que é fácil a retenção de um novo quadro. A paisagem humaniza-se, consideravelmente, nas centúrias de Undecentos e Duzentos. Recua a floresta, crescem os terrenos de cultura. Aqui o perigo dos desequilíbrios do eco-sistema, sentindo-se desde logo a diminuição dos animais selvagens, sobretudo os de grande porte. Os insalubres paus dão lugar a campos férteis. Aqui um benefício, à custa de um enorme esforço de drenagem de águas, que bem nos patenteia os conhecimentos e vontade de reis, senhores e colonos.

A paisagem adquire um novo colorido, por entre os campos de cereal, as encostas de vinhedos, os produtos hortícolas e as leguminosas das almuinhas, as árvores de fruto dos pomares. Conforme a vocação dos terrenos e os cuidados exigidos pelas culturas, assim as manchas agrícolas nos povoados rurais. Nos terrenos de aluvião, as terras do campo, verdadeiros dons do Mondego, crescem o trigo e o milho miúdo em rotação. Nas adémias e terras do monte cultivam-se os cereais mais pobres e resistentes - centeio e cevada. Pelas encostas solarengas e abrigadas espraia-se a vinha. Junto das casas fixam-se as culturas que reclamam maiores cuidados e vigilância. E sempre que a água abunda, os linhares estão também presentes. O gado de grande porte, como o bovino e cavalariço, e o de pequeno porte alimentam-se nas terras cultivadas após as colheitas ou nos terrenos em pousio.

Os homens constroem as suas casas nas adémias ou nos montes para fugirem às cheias do rio, formando aldeias e vilas. Une-os uma identidade de vida agrária, que se centra nos labores e frutos da terra. Une-os uma identidade religiosa, como fregueses de uma paróquia, e fiéis encaminhados por um mesmo prior. Une-os uma identidade de domínio e autoridade, respondendo no geral a um senhor, mas criando internamente laços de associação que os levam a decidirem em assembleias os

problemas comuns e depois até a escolherem os mandantes locais que respondem pela ordem e paz internas. A seu tempo os senhores acabarão por dar legalidade a alguns destes concelhos rurais que lenta, mas determinadamente, foram germinando.

Viviam-se então os séculos de ouro das relações entre senhores e camponeses. Convergiam as suas vontades no povoar, cultivar e organizar, quando cresciam os homens, abundava a terra, aumentava a produção, numa cultura extensiva, e se implantavam os centros ordenadores e hierarquizadores no religioso e no político. As condições naturais de um clima mais ameno e não muito sujeito a grandes catástrofes favoreceu este mundo pleno, em tendência longa.

A mudança foi pré-anunciada na segunda metade de Duzentos e impôs-se nas centúrias seguintes¹⁴. Uma pequena idade glacial¹⁵ instalou-se, provocando frequentes sequências de maus anos agrícolas, que deixavam os homens subnutridos ou mesmo com fome, à beira da morte. Morte que se tornou uma dura realidade com as epidemias, desde a pestilência grande de 1348, que poderia ter dizimado pelo menos um terço das gentes, até às suas recorrências na segunda metade de Trezentos e por todo o Quatrocentos. A perturbação de um quotidiano de trabalho e produção, a insegurança de vida e a mortalidade tiveram ainda uma nefasta aliada na guerra que dominou estas centúrias.

O impacto da crise marca-se profundamente depois da Peste Negra. A alta taxa de mortalidade faz diminuir a mão-de-obra. No campo, as terras ficam ermas e despovoadas. De 1340 a 1450 deparamos, assim, com 50 menções a prédios abandonados, envolvendo, porém, um total de 142 parcelas, entre terras e construções (Quadro I). Assim acontecia em seis casais de Rio Frio da Costa e Rio Frio do Mato (fr. Vil de Matos), pertença de Lorvão "que som ora despovoados per razom da mortydade", quatro casais de Santa Cruz em Sandoeira (fr. Rego da Murta, c. Alvaiázere) que se apresentavam "hermos desde a pestelença", quatro póvoas, em Vila Nova de Monsarros "despovoadas des a pestença grande" ou ainda as herdades de Seiça que se encontravam sem trabalhadores porque os caseiros do mosteiro tinham morrido com a peste. Especificamente na região do Baixo Mondego,

¹⁴ Sobre os factores da crise e a geografia do despovoamento, leia-se *O Baixo Mondego...*, vol. I, pp. 18-26, 69-81.

¹⁵ Esta era de temperaturas muito baixas, do século XIV ao XVI, assim é designada por J. C. RUSSELL, em "La población en Europa del año 500 al 1500", in *Historia Económica de Europa (1) La Edad Media*, ed. de Carlo M. Cipolla, trad. espanhola, Barcelona, Editorial Ariel, 1979, p. 42.

como se vê pelo mapa, as terras abandonadas marcavam a paisagem, sobretudo na margem direita do rio, concentrando-se sobremaneira na área litorânea, enquanto, na

outra margem, chegavam até ao Louriçal (Fig. 3). O êxodo rural, na miragem da melhoria de vida na cidade, acentua-se. As cidades crescem, artificialmente, em gente e em actividades comerciais e artesanais, para lhes dar resposta. Mas também crescem em aumento de pobreza, vadiagem e marginalidade. Já no campo impera a retracção dos cultivos e da produção. Em aumento apenas a propriedade da Igreja, devido ao acréscimo de legados daqueles que continuamente se despediam da vida e investiam os seus haveres em orações, missas e sufrágios para bem da alma. Ocasionalmente, alguns homens sem terra ou pequenos proprietários podem ter aumentado os imóveis por heranças inusitadas de parentes afastados e longínquos, que faleciam sem outros herdeiros.

Mas a posse de terra não era um bem em si. Era necessário que se dobrasse do seu aproveitamento. E para tal faltavam os braços que a quisessem explorar mediante contratos e a mão-de-obra assalariada era cara, porque, no jogo favorável da pouca oferta e muita procura, os salários aumentam.

Quadro I - Terras abandonadas no Baixo Mondego

Anos	Menções	Parcelas
1340-49	2	7
1350-59	7	7
1360-69	2	2
1370-79	1	1
1380-89	1	1
1390-99	11	84
1400-09	9	11
1410-19	5	9
1420-29	7	14
1430-39	3	3
1440-49	2	3
Total	50	142

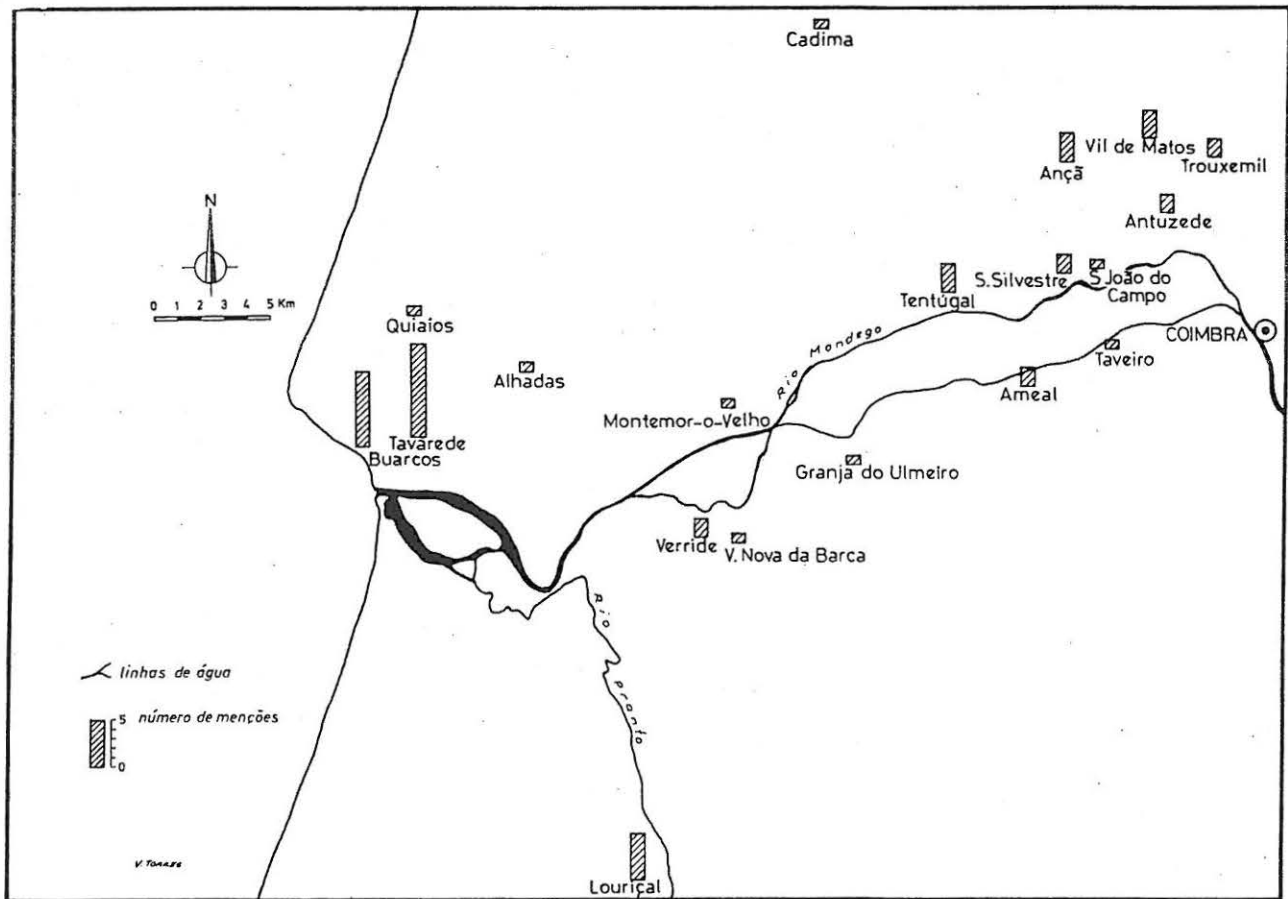


Fig. 3 - Menções de prédios abandonados no Baixo Mondego (1340-1450)

O crescendo de terra inculca, sob um pano de fundo de carência de braços, favorecia unicamente o acréscimo das pastagens. Logo, a criação de gado foi uma das imediatas respostas à crise. E foi-o de tal modo que os monarcas tiveram depois de intervir na tentativa de repor o equilíbrio entre a agricultura e a pastorícia.

Nas culturas redeseña-se o mapa agrícola¹⁶. A cerealicultura tende a diminuir, porque não compensadora. Exigia muita mão-de-obra e o seu cultivo era arriscado, dada a grande flutuação dos preços. Agora, mais do que antes, as leis do mercado e a pressão da cidade dominam o campo. São os senhores, e sobretudo os intermediários, que ditam as regras do cultivo e da produção, com vista ao lucro do circuito comercial.

Desenvolvem-se assim certas culturas, como a vinha. Na realidade são 31,9% os contratos agrários outorgados, nos séculos XIV e XV, que incidem sobre vinhas no Baixo Mondego, estando-se ainda em 59,8% destes a exigir o arroteamento de terras para a viticultura. Os pontos mais altos desta política de fomento, como se pode ver pelo gráfico, atingem-se no século XIV, nas décadas de 60 e 70, e, maximamente, na de 90 (Fig. 4). Este produto tinha escoamento certo no mercado interno e externo. Assim, não admira que a concentração dos vinhedos, como o mapa demonstra, se manifeste em torno dos núcleos urbanos de Coimbra (sobretudo a Sul) e Montemor, bons centros consumidores, e, ainda mais significativamente, na margem litorânea do Mondego, o que apontaria para uma saída por mar (Fig. 5). Foi esta, de facto, a cultura de recurso da crise, de tal modo que

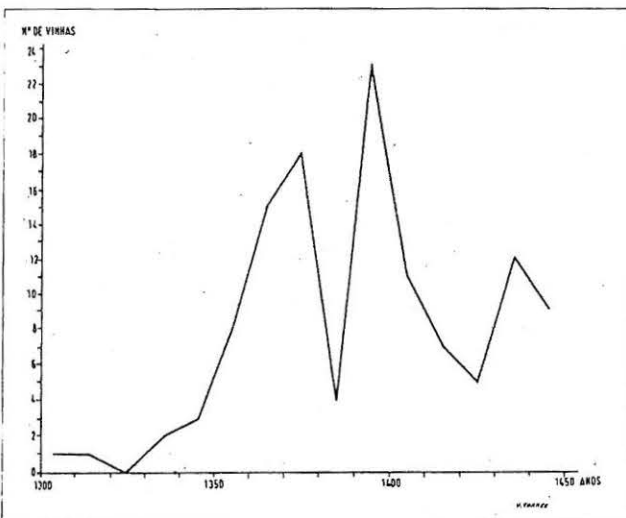


Fig. 4- Arroteamento de vinhas no Baixo Mondego (1300-1450)

em finais de Trezentos havia já excesso de vinho, interditando-se em quase todos os concelhos do reino a concorrência de vinhos de fora dos seus termos.

Com a vinha andava muitas vezes associada, em complantação, uma outra cultura, a oliveira. Esta cultura mediterrânica foi alastrando de Sul para Norte e, nos séculos XIV e XV, apresentavam-se como maiores centros produtores Évora, Alcácer do Sal, Santarém e Coimbra. As oliveiras cercavam os campos ou integravam-se em terrenos com diversas culturas, mas, gradualmente, os olivais foram-se individualizando. Vemo-los então a colorir a paisagem urbana de Coimbra, para responder às necessidades em azeite de uma cidade plena de mosteiros e igrejas no seu interior. E pelas mesmas exigências da luminária a olivicultura se vai implantar nas cercanias de Montemor. Junto dos centros urbanos, e próximos de rios e ribeiras, os lagares iam transformando a azeitona no precioso azeite. Azeite, que em 1399 os coimbrãos diziam ser a sua principal riqueza, pedindo ao monarca a livre comercialização do produto a mercadores nacionais e estrangeiros, privilégio igualmente requerido e obtido por Montemor em 1456.

A produção de frutas e leguminosas deve ter também aumentado com vista ao abastecimento do mercado urbano. Desenvolveu-se ainda a cultura do cânhamo, dado que a empresa marítima requeria um maior volume de cordoaria e velame.

Para enfrentar a crise os senhores tiveram que introduzir mudanças na sua política gestonária - diminuir as reservas e vocacioná-las para culturas de mercado ou entregá-las em arrendamento a rendeiros de posses; reagrupar a terra em casais e ceder o seu usufruto a agregados familiares por contratos mais curtos; endurecer os pagamentos, menos pela renda, mas sobretudo nos foros e na exigência de trabalho gratuito¹⁷.

Quebram-se os bivalentes laços directos e de harmonia entre senhores e camponeses. Por entre eles atravessam-se os intermediários que arrendam as reservas e os direitos senhoriais e actuam apenas sob os ditames do lucro e do mercado. Os contratos entre os senhores e camponeses já não se pautam pelo incentivo, mas pela cobrança e alguma opressão. Na justiça correm processos contra os camponeses que abandonam as terras, que não as trabalham convenientemente, que não pagam as rendas a seu tempo, que fogem aos tributos. O que prova a atenção dos senhores face às suas explorações, mas não menos demonstra que o campesinato não ficou de braços cruzados. Desmultiplicou-se em trabalho, amanhando mais terras ou assalariando-se para ganhar algum pão e

¹⁶ A análise das culturas do Baixo Mondego, nos séculos XIV e XV, pode-se acompanhar no volume I da nossa tese, a páginas 130-201.

¹⁷ Quanto à política de exploração dos senhores, leia-se *O Baixo Mondego...*, vol. I, pp. 271-366.

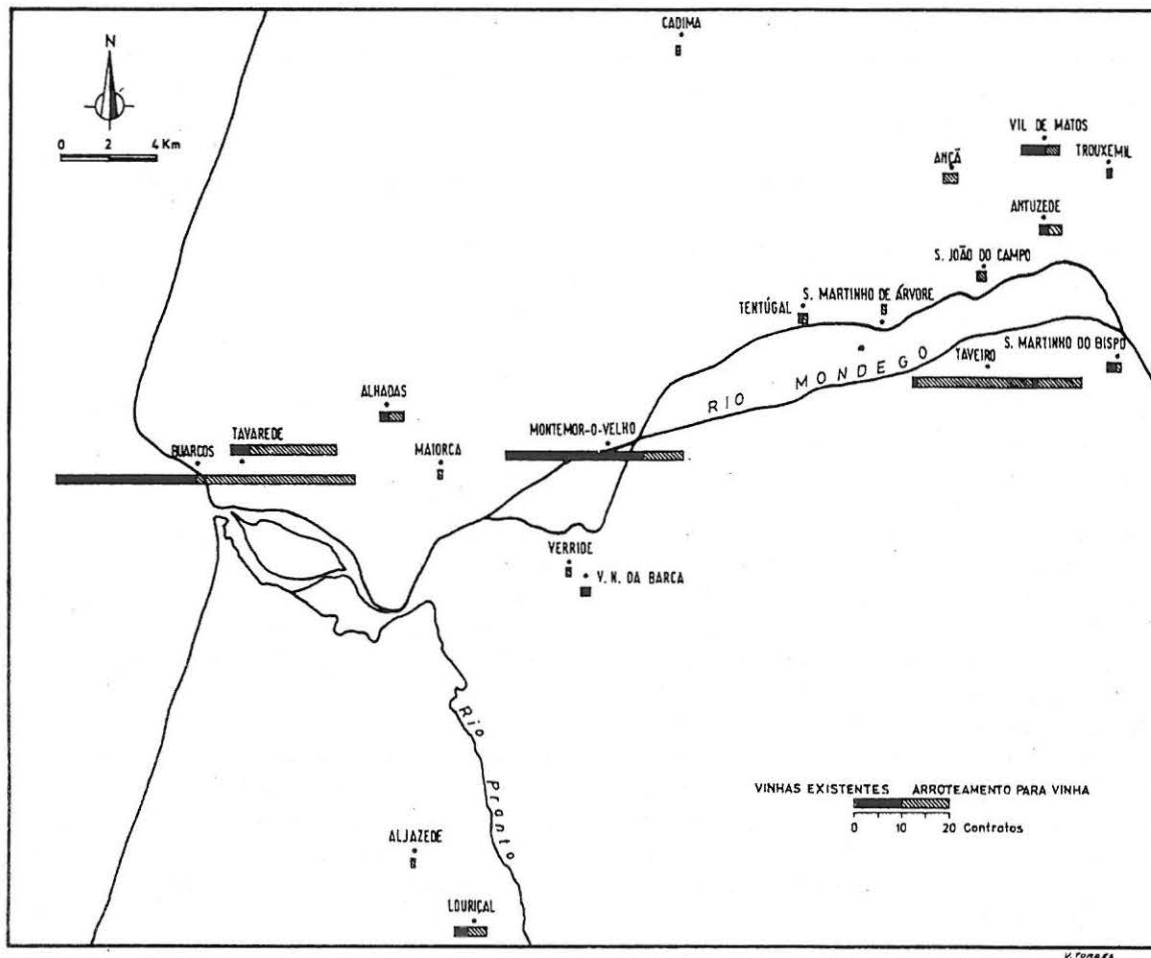


Fig. 5 - Contratos sobre vinhas no Baixo Mondego (1300-1450)

dinheiro, que garantissem a subsistência do agregado familiar. Em simultâneo, encetou uma longa resistência e contestação à política senhorial, negando-lhe os abusos e exigindo o cumprimento bilateral dos contratos firmados, o que será uma constante identificadora da actuação do campesinato nestes campos do Baixo Mondego¹⁸.

E todo este panorama leva-nos a redimensionar esta ou qualquer época de crise, que não é de estagnação ou apatia, mas de mudança, adaptação e até, no geral, de progresso. Os homens respondem às dificuldades numa luta intensa pela vida, desdobrando as suas capacidades de trabalho e engenho.

Assim foi, depois de passados os mais difíceis anos centrais do século XIV. Se duvidarmos, lembremo-nos

¹⁸ Sobre estas respostas do campesinato, veja-se *O Baixo Mondego...*, vol. I, pp. 642-659 e ainda "Contestação e Resistência dos que vivem da terra", in *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI*, vol. I - *Notas do Viver Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 23-36.

que é no século XV que Portugal dobra o Cabo Bojador, chega à Guiné, coloniza a Madeira e os Açores, cobre de padrões a costa do Zaire, ultrapassa o cabo das Tormentas, atinge o Índico e avista a Terra de Vera Cruz. Tudo isto na centúria de Quatrocentos, ainda em recessão demográfica e percorrida por maus anos, epidemias e guerras. A expansão foi a saída para a crise. Verdadeiramente única e inovadora.

Também no Baixo Mondego as marcas da depressão foram lentamente sendo ultrapassadas. Na paisagem o peso dos olivais e vinhedos ficou, sem dúvida, a avultar. Mas, lentamente, sobre algumas vinhas mortas vai tomando lugar a cultura do cereal para alimentar as bocas. Por isso uma redobrada atenção se detecta nos engenhos transformadores. Prevaecem, então, as azenhas de roda vertical, mais rentáveis que os moinhos de roda horizontal, dispersos por todo o espaço, onde existe força hidráulica para os fazer mover, ainda que se concentrassem nos arredores de Coimbra, entre o rio dos Fornos e a vala de Ançã, depois na área central de Tentúgal e Rio de

Moinhos e, já nas cercanias de Montemor, desde os Moinhos de Santa Eulália até Verride, como o mapa deixa visualizar (Fig. 6). E em muitos contratos se mandam fazer obras que aumentassem o ímpeto do caudal de água, recorrendo até a uma mão de obra especializada, se exige que se refaçam azenhas e moinhos derrubados e danificados, com distinção entre os alveiros e secundeiros, denotando uma preocupação crescente com a moagem do pão e seus índices de rentabilidade¹⁹.

Num outro sentido, foi difícil, mas conseguido, o restabelecimento do equilíbrio entre a criação de gado e a agricultura²⁰. Binómio indissolúvel no desenvolvimento agro-pecuário de todas as áreas, já que só o gado estruma directamente as terras e puxa o arado, preparando os campos para a sementeira.

Nesta época uma cultura intensiva nos terrenos mais férteis melhorou até os níveis de produtividade. Para além de que no Baixo Mondego e nas terras aluviais os cereais se reproduziam segundo os mais altos valores de Portugal e França. No Bolão a média de produtividade por semente das suas 459,7 geiras (181,3 ha) era de 1:8, equivalendo-se às melhores médias francesas, e nas 977 geiras (597,9 ha) de Tentúgal era de 1:6, ainda superior à média nacional de 1:4²¹. Médias estas conseguidas, porém, a partir de um grande disparidade de produtividades de terreno para terreno, sobretudo no Bolão, o que, estruturalmente, ao longo dos tempos, tem dificultado o desejável emparcelamento dos campos do Mondego.

E à defesa das colheitas e produção não foi estranha a gigantesca obra de senhores e camponeses que visava enfrentar as perigosas inundações do Mondego e vigiar o seu contínuo assoreamento²². Ergueram-se marachões, sulcaram-se valas, abertas e regueiras, plantaram-se salgueirais, seiceiros, canaviais e freixos que absorviam a água das zonas alagadas e constituíam uma paliçada face às cheias, minimizando, em parte, os efeitos nefastos das queimadas. Regularizou-se o caudal de água de Ançã e de rio de Anços. Em consentâneo retomou-se, em finais da centúria de Trezentos e inícios da seguinte, a dinâmica dos séculos precedentes com o movimento de arroteamentos, drenando terras pantanosas em S. Facundo, Acedarça, Ançã, Anços e Anobra, que se transmutavam em bons campos de cereais.

Por sua vez o crescimento do centro urbano coimbrão e a diversificação da sua tessitura social - lembremo-nos até que por alguns anos do século XIV Coimbra abrigou o Estudo Geral²³ - fizeram desenvolver o artesanato e a comercialização. Exigiu igualmente um abastecimento mais pronto, diverso e abundante. O que, sem dúvida, dinamizou os circuitos da produção, na terra e no mar. Aqueles que cultivavam a terra e tinham excedentes adquiriam a certeza do seu escoamento. Os pescadores e marnoteiros da costa sabiam que o pescado e o sal se podiam vender no mercado interno ou mesmo externo. Todavia, os que trabalhavam, não eram os que ganhavam com as trocas.

No Baixo Mondego, nos séculos XIV e XV, os velhos senhorios monásticos ou catedralícios mantinham-se, apegando-se, como vimos, mais do que nunca, aos seus domínios e jurisdições. Por entre eles, as manchas de algumas terras reguengas ou senhorios da nobreza completavam o xadrez senhorial. De salientar, pela sua projecção, o caso do duque de Coimbra, D. Pedro, que, na primeira metade de Quatrocentos, estendia o seu senhorio até esta área, com relevantes contributos sobretudo a nível da regularização e drenagem das águas do rio, sobremaneira em Vila Nova de Anços e no paul de Anobra.

A par deste poder dos privilegiados crescia o poder municipal. Mas, atente-se, um poder que era já então exercido por aristocracias de homens bons, quando não oligarquias, mais urbanas ou mais rurais, conforme a vocação dos municípios, que controlavam a política municipal, ditando-a segundo os seus interesses, mais de proprietários ou de comerciantes. São estas aristocracias vilãs que se interpõem entre senhores e camponeses, controlando-lhes a produção e a arrecadação de direitos e tributos, e que dominam os circuitos de distribuição interna e externa.

O camponês, esse, continuou a produzir para minimamente se alimentar, afastado que estava do ganho ou lucro que outros arrecadavam. Sem ter "tempo nem logar/nem somente d'alimpar/as gotas do seu suor/", "sempre he Morto quem do arado/ ha de viver", como diz o Mestre Gil Vicente²⁴. Assim foi com o camponês do Baixo Mondego, como o de outras áreas do país. Nos tempos medievais, como depois ao longo do Antigo

¹⁹ Sobre os engenhos de moagem, veja-se *O Baixo Mondego...*, vol. I, pp. 214-228.

²⁰ Esta temática desenvolve-se, nas páginas 235 a 255, do volume I do *Baixo Mondego*.

²¹ Para a abonação destes valores, recorra-se a *O Baixo Mondego...*, vol. I, pp. 142-148.

²² Sobre estas obras, leia-se *O Baixo Mondego...*, vol. I, pp. 108-120.

²³ Para uma análise da presença do Estudo Geral em Coimbra, veja-se o nosso estudo "Coimbra Trecentista - a Cidade e o Estudo", sep. da Revista *Biblos*, vol. LXVIII, Coimbra, 1992, pp. 335-356.

²⁴ Gil Vicente, *Obras Completas*, com prefácio e notas do prof. Marques Braga, vol. II, *Auto da Barca do Purgatório*, Lisboa, Livraria Sá da Costa - Editora, 1942, pp. 93-94.

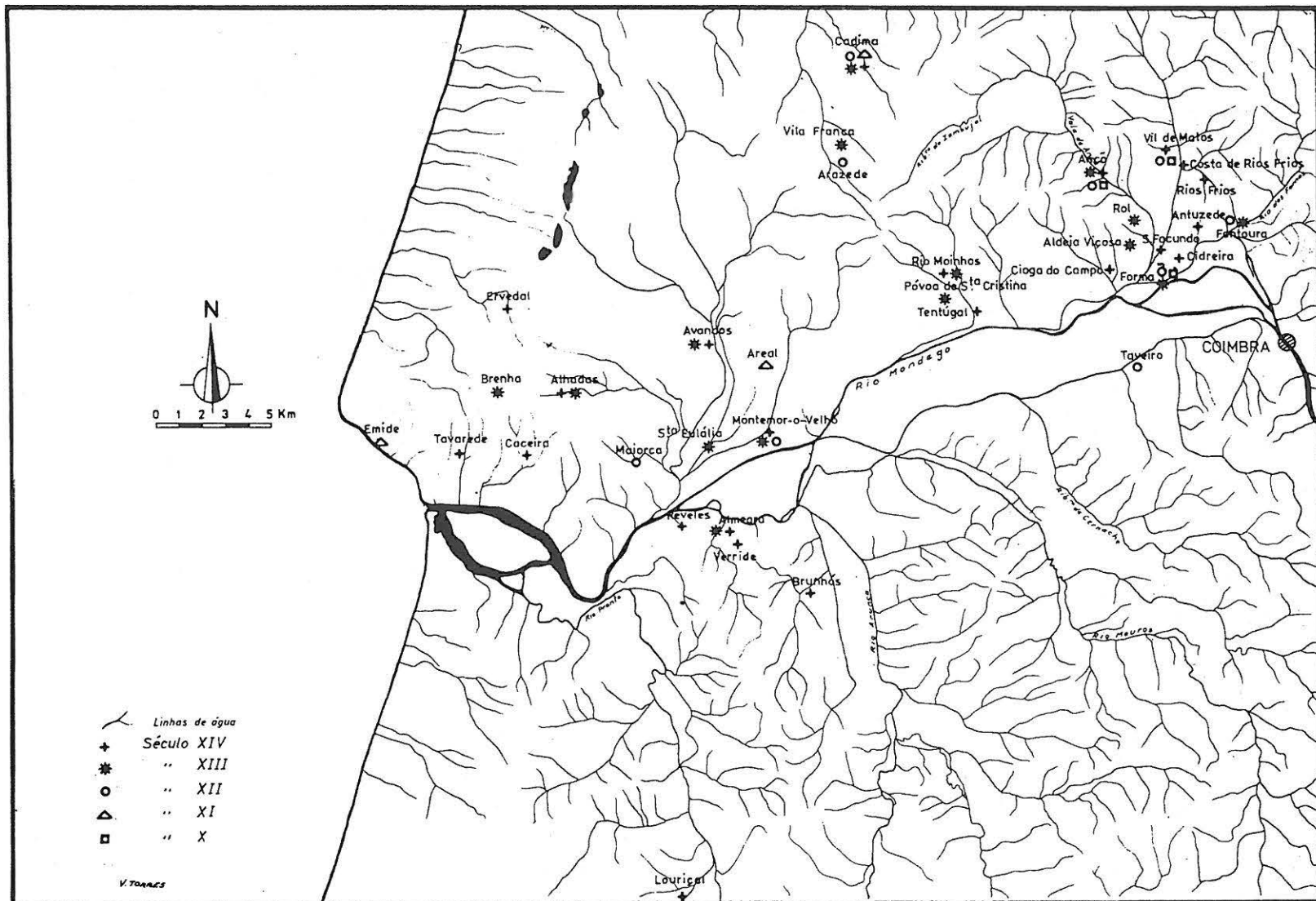


Fig. 6 - Moinhos e azenhas no Baixo Mondego (Séc. X-XIV)

Regime, como bem o demonstra o trabalho de Margarida Neto.

Renovaram-se, na época moderna, os senhores, com a propriedade da Universidade nesta área, a formação das casas de Aveiro ou do Cadaval. Cresceu a força dos rendeiros e a pressão das oligarquias urbanas, reforçadas pelas Ordenanças. Mas os camponeses continuaram, do mesmo modo, a viver da terra e para a terra. Conheceu o Baixo Mondego a introdução de novas culturas, do milho maiz ao arroz e batata. Os senhores e rendeiros de pronto reclamaram as suas quotas da produção. E o peso dos encargos senhoriais, bem como o regime da propriedade não fomentaram os investimentos, mormente na drenagem das águas que protegesse os campos das cheias do rio. Reactivou-se a disputa pela terra, reavivando-se a luta pelos baldios e maninhos. Mas este é um enfrentamento de concelhos, nos seus estratos dirigentes, com senhores. De corpo curvado para a terra, o camponês continuava a amanhar ciclicamente os campos. Ainda que por vezes se erguesse para contestar, violentamente, contra os demandos senhoriais. Mais significativa e longamente resistia, atrasando o pagamento das rendas e defraudando o cumprimento dos dízimos.

A história do Baixo Mondego é a história de homens de corpos dobrados pelo trabalho e de olhos postos na sementeira e frutos da terra. Olhos que sempre iam esgueirando o olhar para o rio, que fertilizava os campos, mas também ameaçava as colheitas, sendo então necessário enfrentar a sua fúria e demandos. Mas estes homens sabiam também unir-se para lutar, contestar e resistir, quando os jugos de domínio lhes ameaçavam as condições mínimas de uma vida digna.

Isto no ontem, na história de um passado.

Outrora a luta contra o rio, que ora transbordava, ora secava, hoje as preocupações face às consequências de um rio canalizado. Ontem, como hoje, o empenho pelo escoamento e comercialização dos produtos agro-pecuários da região. Hoje, mais do que ontem, assim o espero, a firme decisão de recuperar o meio ambiente natural e preservar o eco-sistema nestes espaços, que o homem da idade contemporânea muito mais ameaçou que os seus antepassados.

Ainda e sempre, homens, a construir a sua vida no hoje, que será a história de amanhã.